

ANÁLISES DOS RECURSOS DO CONCURSO SEAP_RJ/2024

RESPOSTAS AOS RECURSOS

BLOCO 1 - CONHECIMENTO GERAIS

BLOCO 2 – CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Disciplina: Língua Portuguesa

Disciplina: Direito Constitucional

Direito Processual Penal

Informática

Direito Administrativo

Direitos Humanos

Raciocínio Lógico

Direito Penal e Legislação Especial

Legislação Específica para o Cargo

QUESTÃO	JUSTIFICATIVA DA BANCA	RECURSO DEFERIDO OU INDEFERIDO	RESPOSTA AO RECURSO
65	<p>Os recursos questionam o gabarito oficial uma vez que o item III afirma que a indisponibilidade ou irrenunciabilidade, refere-se à impossibilidade de um titular abrir mão de seus direitos em qualquer hipótese e foi apontado como incorreto.</p> <p>O Direito Internacional dos Direitos Humanos reconhece que a indisponibilidade dos direitos humanos é uma característica fundamental desses direitos, mas não absoluta. Segundo o autor André de Carvalho Ramos, o núcleo essencial dos direitos humanos é inderrogável, pois se relaciona diretamente com a dignidade da pessoa humana e com a necessidade de garantir um patamar mínimo de existência digna. No entanto, o autor ressalta que, em determinadas circunstâncias, aspectos não essenciais desses direitos podem ser objeto de disposição pelo próprio titular, desde que tal ato seja realizado de maneira livre, informada e sem coação.</p> <p>A justificativa para essa exceção encontra respaldo na autonomia da vontade, um princípio fundamental do direito que permite que os indivíduos tomem decisões sobre sua própria esfera jurídica, desde que essas escolhas não comprometam o núcleo essencial de seus direitos. Essa distinção entre núcleo essencial e aspectos renunciáveis é amplamente desenvolvida pela doutrina internacional, especialmente a partir da teoria do núcleo essencial dos direitos fundamentais, conforme delineada no direito constitucional alemão e adotada por diversas constituições e tratados internacionais. Assim, a possibilidade de dispor de aspectos não essenciais de um direito humano não significa que ele deixe de ser protegido pelo ordenamento jurídico, mas sim que, dentro de certos limites, o titular pode decidir sobre seu exercício.</p> <p>Resposta correta: (B) Apenas I e II</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

66	<p>Os recursos alegam que o conteúdo programático previsto no edital não engloba as Regras de Mandela, no entanto a normativa integra as "Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas presas" devidamente prevista no edital. Alguns recursos afirmam que o item seria classificado no ordenamento jurídico internacional como "Regras mínimas da ONU para o tratamento de pessoas reclusas", não havendo, entretanto, qualquer margem para ambiguidades porque, evidentemente trata-se de sinônimos, sem qualquer prejuízo na compreensão e/ou no conteúdo cobrado.</p> <p>Resposta correta: (E) As inspeções devem ser realizadas por inspetores qualificados e experientes, incluindo profissionais de saúde, para garantir uma avaliação completa das condições prisionais.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
67	<p>O recurso direcionado à questão 67 foi protocolado incorretamente pelo recorrente, uma vez que seu conteúdo faz referência integral à questão 66. Indefere-se com base nos argumentos lá expostos.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
68	<p>Os recursos apresentados limitam-se a transcrição da decisão liminar da ADPF 347 que reconheceu a realização da audiência de custódia como obrigatória para garantia dos direitos previstos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos da Convenção Americana de direitos Humanos, corroborando com a opção correta indicada pela banca e as justificativas divulgadas. Não havendo margem pra análise ou retificação do gabarito.</p> <p>Resposta correta: (D) O STF, em decisão liminar na ADPF 347, reconheceu que a realização de audiência de custódia é obrigatória para garantir os direitos previstos no Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos e na Convenção Americana de Direitos Humanos, como uma medida essencial do devido processo legal.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
69	<p>A questão foi construída tendo como base o Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que trata, no artigo 59, sobre Relatório Anual. O item 5 do referido artigo, reproduz a opção correta ao afirmar que "A Comissão utilizará informações confiáveis e convincentes obtidas das seguintes fontes: c. informações obtidas em visitas <i>in loco</i> da Comissão Interamericana, de seus Relatores e seus funcionários; g. relatórios de organizações da sociedade civil e informações apresentadas por estas e por particulares".</p> <p>Resposta correta: (C) O relatório deve ser preparado com base em informações obtidas durante visitas <i>in loco</i> e também pode incluir dados coletados de fontes externas, como organizações da sociedade civil e ONGs, para garantir uma visão completa da situação.</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO
70	<p>A questão exige que o candidato identifique uma garantia mínima do acusado conforme o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos (PIDCP) de 1966. O gabarito oficial indica como resposta correta a opção (D), que estabelece o direito a um julgamento público, realizado por um tribunal competente, independente e imparcial, bem como o direito do acusado de ser assistido por um advogado de sua escolha. Essa garantia está expressamente prevista no artigo 14, §1 e §3, alínea "d", do PIDCP, sem qualquer controvérsia quanto à sua aplicação.</p> <p>Já a opção (E), apontada no recurso como igualmente correta, apresenta uma interpretação</p>	INDEFERIDO	GABARITO MANTIDO

equivocada das disposições do PIDCP. Embora o tratado reconheça o direito ao silêncio (artigo 14, §3, alínea "g"), ele não prevê, como garantia mínima, a possibilidade irrestrita de o acusado não comparecer às audiências apenas mediante justificativa por escrito. A presença do réu é um elemento essencial ao devido processo legal, sendo sua ausência regulada conforme as normas processuais de cada ordenamento jurídico. Dessa forma, a opção (E) contém um erro material, o que inviabiliza sua aceitação como resposta correta.

Quanto à alegação de existência de duas opções corretas, destaca-se que a opção (D) está plenamente correta e em conformidade com o tratado, enquanto a opção (E) apresenta um acréscimo indevido que compromete sua precisão. Dessa forma, não há ambiguidade ou violação aos princípios da clareza, objetividade, segurança jurídica ou isonomia, pois a questão exige do candidato a capacidade de identificar a opção que melhor reflete o texto do tratado, sem distorções interpretativas.

Resposta correta: (D) O direito a um julgamento público, realizado por um tribunal competente, independente e imparcial, e o direito de ser assistido por um advogado de sua escolha.